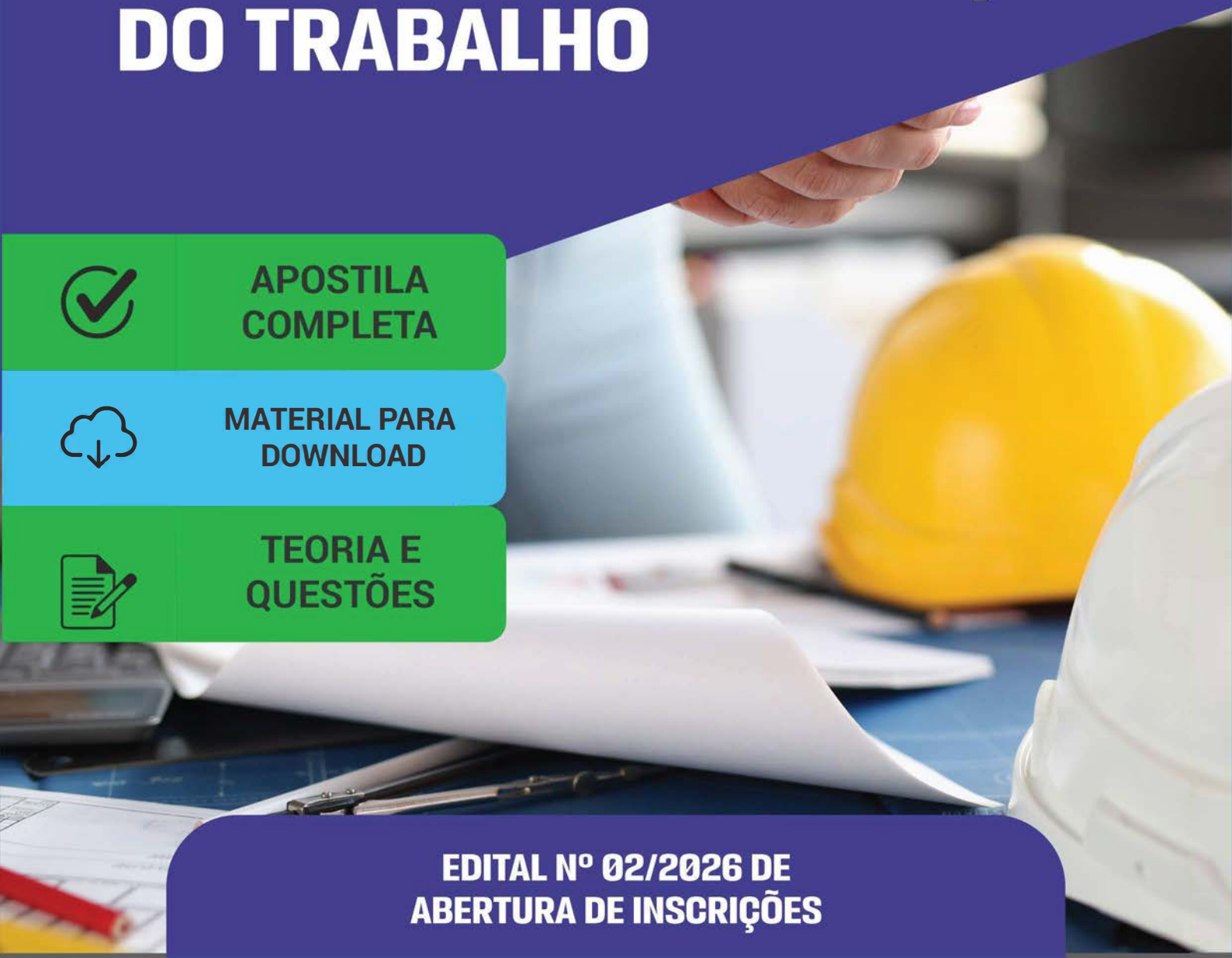
Maxi educa

BANESTES

BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO



- APOSTILA COMPLETA
- MATERIAL PARA DOWNLOAD
- TEORIA E QUESTÕES

EDITAL Nº 02/2026 DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

Maxi educa

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é ápenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos
- Questões gabaritadas

Adquira agora o material completo.
www.maxieduca.com.br

SUMÁRIO

Banestes

Técnico em Segurança do Trabalho

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de texto 1
Tipologias e gêneros textuais 6
Mecanismos de coesão textual 14
Estrutura e formação de palavras 22
Classes de palavras 28
Período simples e período composto (estrutura sintática e relações sintático-semânticas estabelecidas entre termos e entre orações) 44
Funções do “que” e do “se” 50
Locuções verbais 54
Colocação pronominal 59
Concordância verbal e nominal 61
Regência verbal e nominal 68
Crase 74
Acentuação gráfica 82
Ortografia 84
Pontuação 92
Significação de palavras e expressões. Linguagem denotativa e conotativa. Relações de sinonímia, antonímia, hiperonímia, homonímia e paronímia 97
Figuras de linguagem 101
Variação linguística (tipos de variação linguística e adequação linguística) 107
Questões 108
GABARITO 116

ÉTICA, COMPLIANCE E ESG

Ética e moral: conceitos, princípios e aplicação no ambiente organizacional 1
Ética no serviço público e nas instituições financeiras 7

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Integridade, transparência, responsabilidade e conflitos de interesse 9
Governança corporativa: conceitos, princípios e boas práticas 15
Compliance: conceito, objetivos, controles internos, gestão de riscos, canais de denúncia e programas de integridade 21
Prevenção e combate à corrupção, fraudes e lavagem de dinheiro 26
Proteção de dados pessoais e privacidade 31
Noções da lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD) 36
ESG (environmental, social and governance): conceitos, fundamentos e aplicação nas organizações 43
Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental corporativa 47
Aspectos ambientais, sociais e de governança (esg) aplicados ao setor financeiro 52
Desenvolvimento sustentável, agenda 2030 e objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) 56
Guia de conduta ética do banestes 61
QUESTÕES 75
GABARITO 83

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; Deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações; Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas 1
Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos 16
Números inteiros e racionais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação); Expressões numéricas; múltiplos e divisores de números naturais; Problemas. frações e operações com frações 42
Números e grandezas proporcionais: razões e proporções; Divisão em partes proporcionais; Regra de três; Porcentagem e problemas envolvendo regra de três simples, cálculos de porcentagem, acréscimos e descontos 63
Noções de estatística: medidas de tendência central (moda, mediana, média aritmética simples e ponderada) e de dispersão (desvio médio, amplitude, variância, desvio padrão) 69
Leitura e interpretação de gráficos (histogramas, setores, infográficos) e tabelas 73
Contagem: princípio multiplicativo e aditivo, permutações e combinações simples 77
QUESTÕES 80
GABARITO 87

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Lei geral de proteção de dados pessoais (lgpd): noções gerais, finalidade da lei, conceitos básicos de dados pessoais, dados sensíveis, consentimento, direitos dos titulares, responsabilidades no tratamento de dados e cuidados básicos com privacidade e proteção de informações 1

Noções de informática e segurança digital: conceitos básicos de informática, hardware, software 24

Sistemas operacionais 30

Internet, navegadores, mecanismos de busca 50

Correio eletrônico 61

Computação em nuvem 64

Aplicativos de escritório 67

Redes de computadores 94

Boas práticas de segurança digital 104

Google workspace: noções básicas de uso das ferramentas gmail, drive, docs, sheets, slides, forms, calendar, meet e chat, com foco em comunicação, organização de arquivos, colaboração e produtividade 118

Inteligência artificial e novas tecnologias: noções introdutórias sobre inteligência artificial, aprendizado de máquina, ia generativa, automação, chatbots e uso responsável de novas tecnologias no ambiente de trabalho 125

Questões 134

Gabarito 140

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Histórico e bases institucionais da SST: Histórico da segurança do trabalho e do prevencionismo no Brasil; Convenções da OIT relacionadas à segurança e saúde no trabalho 1

Legislação sobre Segurança e Saúde no Trabalho: leis, portarias e instruções normativas do MTE 6

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), capítulo V – disposições sobre segurança e medicina do trabalho 12

Ética, profissão e registro do Técnico em Segurança do Trabalho: Código de Ética do Técnico em Segurança do Trabalho 28

Registro Profissional do Técnico de Segurança do Trabalho no MTE 33

Conduta profissional na área de Segurança do Trabalho 38

Legislação previdenciária e documentos técnicos: Lei nº 8.213/1991, atualizada, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social: Conceito de acidente de trabalho; Auxílio-doença; Perícias médicas; Tipos de aposentadoria 44

Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) 49

LTCAT – Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho 55

NBR 14280:2001 e atualizações – Cadastro de Acidente do Trabalho: procedimento e classificação 61

Normas Regulamentadoras (NRs) do TEM: NR 1 – Disposições Gerais 65

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

NR 2 – Inspeção Prévia 66
NR 3 (atualizada) – Embargo ou Interdição 75
NR 4 (atualizada) – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho 76
Portaria do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego nº 590/2014 76
NR 5 (atualizada) – CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) 77
NR 6 (atualizada) – EPI (Equipamento de Proteção Individual) 77
NR 7 (atualizada) – PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) 86
NR 9 (atualizada) – Riscos Ambientais 86
NR 15 (atualizada) – Atividades e Operações Insalubres 86
NR 17 (atualizada) – Ergonomia 87
NR 23 (atualizada) – Proteção Contra Incêndios 103
NR 24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho 103
NR 26 (atualizada) – Sinalização de Segurança 104
NR 28 (atualizada) – Fiscalização e Penalidades 105
Legislações específicas e instruções técnicas: Legislações sobre combate a incêndios: instruções técnicas do Corpo de Bombeiros 106
Normas de segurança do processo (em articulação com a legislação aplicável) 111
Questões 117
Gabarito 125

PREVENÇÃO E CONTROLE DE RISCOS

Conceitos, acidentes e estatísticas: Conceitos e causas dos acidentes do trabalho; Análise do acidente do trabalho; Cadastro e Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT); Consequências e custos dos acidentes do trabalho 1
Estatísticas de acidentes do trabalho: Densidade de incidência; Coeficiente de gravidade; Letalidade; Absenteísmo; Utilização dos quadros III, IV, V e VI da NR 4, aplicados à análise estatística 6
Teoria, análise e inspeções de riscos: Teoria e análise de riscos: Introdução; Probabilidade x possibilidade 12
Inspeções de segurança: Objetivos; Tipos de inspeções, incluindo inspeção de rotina do local de trabalho; Estratégia de controle de riscos; Análise do processo de trabalho; Características da mão de obra na análise de riscos; Liberação de área para trabalho, visando garantir a integridade física dos empregados e das instalações da empresa. 17
Sinalização de segurança aplicada à prevenção (uso prático no ambiente de trabalho) 23
DDS – Diálogo Diário de Segurança 29
Ferramentas, técnicas e processos de controle: Processos e controle de riscos: Plano básico de segurança; Norma de segurança do processo (aplicação prática); Percepção de riscos 34
Mapa de riscos: Classificação dos riscos ambientais; Critérios para a execução do mapa 39

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Técnicas de análise de riscos: Análise de Segurança da Tarefa (AST); Análise Preliminar de Riscos (APR); OPT; HAZOP; Metodologia da árvore de causas; AMFE; Checklist; Permissão de Trabalho (PT); TIC. Diagrama de causa e efeito **45**

Medidas de proteção e saúde do trabalhador: Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs): tipos e usos..... **50**

Estresse e a saúde do trabalhador; Lesões por Esforços Repetitivos (LER); Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT); Saúde do trabalhador em ambientes confinados; Síndrome dos edifícios doentes **55**

Prevenção e combate a incêndios: Processo químico do fogo; Formas e condições de incêndio; Causas e prevenção de incêndio; Sistemas de detecção, alarme e combate a incêndios **61**

Equipes de combate a incêndio: Corpo de Bombeiros; Bombeiro Profissional Civil; Montagem e prática de simulado de plano de abandono e de combate a incêndio **66**

Campanhas e temas educativos: Conhecimentos sobre implantação de campanhas prevencionistas e educativas, incluindo SIPAT; Segurança no trânsito; Drogas e AIDS como temas de campanhas de prevenção vinculadas à saúde e segurança ocupacional **72**

Questões **78**

Gabarito..... **83**

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita , ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema , os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais , que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário :** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textosnão-verbais , que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Ética e moral: conceitos, princípios e aplicação no ambiente organizacional

A ética nas organizações tornou-se um tema central no cenário empresarial contemporâneo. Com a crescente demanda por transparência, responsabilidade social e integridade, as empresas são cada vez mais pressionadas a adotar práticas éticas em todas as suas operações.

A ética não apenas fortalece a imagem de uma organização perante seus stakeholders, mas também contribui para a construção de um ambiente de trabalho saudável e produtivo, essencial para a sustentabilidade dos negócios a longo prazo.

Nesta discussão, abordaremos os principais conceitos que fundamentam a ética nas organizações, destacando sua importância e os benefícios que traz para o ambiente corporativo. Além disso, exploraremos os desafios que as empresas enfrentam ao tentar implementar práticas éticas e as estratégias eficazes para promover uma cultura organizacional baseada em valores éticos sólidos.

Conceitos de Ética nas Organizações

A ética nas organizações refere-se ao conjunto de princípios, valores e normas que orientam o comportamento dos indivíduos e das instituições no contexto empresarial. Esses princípios éticos são fundamentais para a tomada de decisões e para a condução das atividades empresariais de maneira justa, transparente e responsável. Abaixo, destacamos alguns dos principais conceitos relacionados à ética nas organizações:

- **Integridade:** A integridade é a base da ética organizacional. Refere-se à consistência entre os valores declarados e as ações praticadas pela organização e seus membros. Agir com integridade significa manter um comportamento honesto e coerente, independentemente das circunstâncias.
- **Transparência:** Transparência envolve a comunicação clara, precisa e acessível das informações relevantes para todas as partes interessadas. Isso inclui a divulgação de práticas, políticas, decisões e resultados da organização, de maneira que permita a compreensão e a confiança dos stakeholders.
- **Responsabilidade Social:** A responsabilidade social corporativa (RSC) é o compromisso da empresa com o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da sociedade. Envolve ações que vão além das obrigações legais, buscando contribuir positivamente para o meio ambiente, a comunidade e a economia.
- **Justiça:** Justiça implica em tratar todas as partes interessadas de maneira equitativa e imparcial. Nas organizações, isso se reflete na equidade salarial, oportunidades de crescimento, e na resolução de conflitos de forma justa e ética.
- **Respeito:** Respeitar todas as pessoas, independentemente de sua posição, origem, gênero, religião ou qualquer outra característica, é essencial para um ambiente de trabalho ético. Isso inclui ouvir ativamente, considerar diferentes perspectivas e valorizar a dignidade de cada indivíduo.

Além desses conceitos, é importante mencionar a *accountability*, ou prestação de contas, que se refere à responsabilidade de responder pelas ações e decisões tomadas, e a ética de compliance, que envolve a adesão às leis e regulamentos aplicáveis, além das normas internas da organização.

Exemplos Práticos

Para ilustrar esses conceitos, vamos considerar alguns exemplos práticos:

- **Integridade:** Uma empresa de consultoria financeira que aconselha seus clientes a tomar decisões de investimento alinhadas com seus melhores interesses, mesmo que isso signifique menores comissões para a empresa, está praticando a integridade.
- **Transparência:** Uma organização que publica relatórios anuais detalhados sobre seu desempenho financeiro, práticas ambientais e impacto social, demonstrando abertura e clareza, está exemplificando a transparência.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

A lógica proposicional é baseada justamente nas *proposições* e suas relações. Podemos ter dois tipos de proposições, simples ou composta.

Em geral, uma proposição simples não utiliza conectivos (*e*; *ou*; *se*; *se, e somente se*). Enquanto a proposição composta é formada por duas ou mais proposições simples ligadas por esses conectivos.

Mas às vezes uma proposição composta é de difícil análise. “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”. Se Carlos não for professor e a moeda do Brasil for o real, a proposição composta é verdadeira ou falsa? Temos uma proposição verdadeira e falsa? Como podemos lidar com isso?

A melhor maneira de analisar estas proposições compostas é através de tabelas-verdade.

A *tabela-verdade* é montada com todas as possibilidades que uma proposição pode assumir e suas combinações. Se quiséssemos saber sobre uma proposição e sua negativa, teríamos a seguinte tabela-verdade:

p	~p
V	F
F	V

A tabela-verdade de uma conjunção (p ^ q) é a seguinte:

p	*q*	p ^ q
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Todas as tabelas-verdade são as seguintes:

p	*q*	*p ^ q*	p v q	p -> q	p ⇔q	p v. q
V	V	V	V	V	V	F
V	F	F	V	F	F	V
F	V	F	V	V	F	V
F	F	F	F	V	V	F

Note que quando tínhamos uma proposição, nossA tabela-verdade resultou em uma tabela com 2 linhas e quando tínhamos duas proposições nossa tabela era composta por 4 linhas.

A fórmula para o número de linhas se dá através de 2^n, onde n é o número de proposições.

Se tivéssemos a seguinte tabela-verdade:

p	*q*	*r*	p v q -> r

Mesmo sem preenchê-la, podemos afirmar que ela terá 2^3 linhas, ou seja, 8 linhas.

Mais um exemplo:

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Parágrafo único. As normas gerais contidas nesta Lei são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

Art. 2º A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos:

I - o respeito à privacidade;

II - a autodeterminação informativa;

III - a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;

IV - a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;

V - o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;

VI - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e

VII - os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

Art. 3º Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que:

I - a operação de tratamento seja realizada no território nacional;

II - a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional; ou(Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

III - os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional.

§1º Consideram-se coletados no território nacional os dados pessoais cujo titular nele se encontre no momento da coleta.

§2º Excetua-se do disposto no inciso I deste artigo o tratamento de dados previsto no inciso IV do caput do art. 4º desta Lei.

Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais:

I - realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos;

II - realizado para fins exclusivamente:

a) jornalístico e artísticos; ou

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Contexto industrial e primeiras normas acidentárias no Brasil

Industrialização, acidente e risco profissional

O trabalho fabril e a visibilidade social do acidente

A expansão fabril das últimas décadas do século XIX e do início do século XX concentrou trabalhadores em oficinas e fábricas com máquinas desprotegidas, ventilação precária, jornadas extensas e ampla utilização de mulheres e crianças. No Brasil, o fenômeno acompanhou o fim da escravidão, a imigração europeia e o crescimento urbano de São Paulo e do então Distrito Federal, sem que existisse um regime jurídico próprio para os danos decorrentes do trabalho. As lesões e as mortes eram tratadas pelo direito civil comum, de modo que o operário acidentado precisava demonstrar a culpa do empregador, encargo quase impossível diante da desigualdade de recursos e da dificuldade de reunir evidências. As primeiras normas protetivas, como a regulamentação do trabalho de menores em fábricas na década de 1890, tinham alcance territorial restrito e fiscalização rudimentar, mas já reconheciam que a organização do trabalho industrial exigia limites legais.

A teoria do risco profissional como ponto de inflexão

O problema probatório da responsabilidade por culpa conduziu à difusão da teoria do risco profissional, segundo a qual quem organiza uma atividade econômica e dela extrai proveito deve suportar os danos que seus riscos típicos produzem, independentemente da demonstração de culpa. A mudança de fundamento tem consequência dupla. No plano reparatório, o acidentado passa a receber indenização de valor previsível, sem litígio sobre a conduta do empregador. No plano preventivo, o custo do acidente é deslocado para quem controla o processo produtivo, o que cria incentivo econômico para evitá-lo. Essa lógica alimentou, ao longo do século XX, o seguro de acidentes, a inspeção e a normatização técnica. O prevencionismo, entendido como o conjunto de ações voltadas a eliminar ou reduzir as condições que geram acidentes e doenças, nasce, assim, associado à responsabilização objetiva e à intervenção progressiva do Estado nas condições de trabalho.

Da lei de 1919 à Consolidação das Leis do Trabalho

As leis acidentárias de 1919 e de 1934

O Decreto nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919, considerado a primeira lei brasileira de acidentes do trabalho, adotou a lógica do risco profissional: o empregador passou a ter o dever de indenizar o acidente ocorrido pelo fato ou no exercício do trabalho, bem como certas moléstias profissionais, sem que o operário precisasse provar culpa. Em 1934, o Decreto nº 24.637, de 10 de julho, reformulou o regime, ampliou o conjunto de doenças tratadas como profissionais e reforçou a proteção do acidentado e de seus dependentes. O contexto era de reorganização do Estado após 1930, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a inclusão de direitos trabalhistas e previdenciários na Constituição de 1934, entre eles a assistência médica e sanitária ao trabalhador.

A Consolidação de 1943 e o Capítulo V

A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, reuniu a legislação trabalhista e reservou ao tema da higiene e da segurança um capítulo próprio, o Capítulo V do Título II, que tratava de edificações, iluminação, conforto térmico, máquinas, caldeiras e atividades insalubres, entre outros assuntos. A técnica legislativa era mista: a lei fixava deveres gerais e atribuía ao ministério competente

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Conceito de acidente do trabalho e suas modalidades

Definição legal e definição prevencionista

O conceito previdenciário

A legislação previdenciária brasileira define acidente do trabalho como aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, ou pelo exercício do trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, a perda ou a redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Trata-se de um conceito construído a partir das consequências: só há acidente, para fins de benefício, quando existe dano à capacidade laborativa do segurado. O foco está na proteção securitária do trabalhador e na definição de quais eventos geram direito a auxílio por incapacidade, a estabilidade provisória no emprego e a depósitos de FGTS durante o afastamento.

A mesma lei acrescenta que o enquadramento depende do nexo entre o evento e o trabalho. Esse nexo pode ser demonstrado pela análise de cada caso concreto ou presumido por métodos estatísticos, como o nexo técnico epidemiológico previdenciário, que associa determinada doença a determinado ramo de atividade econômica quando a incidência observada supera a esperada.

O conceito prevencionista

Do ponto de vista da prevenção, a definição da norma técnica de cadastro de acidentes é mais ampla: acidente é a ocorrência imprevista e indesejável, instantânea ou não, relacionada com o exercício do trabalho, que provoca lesão pessoal ou da qual decorre risco próximo ou remoto dessa lesão. A diferença é decisiva. Enquanto o conceito legal exige dano consumado, o conceito prevencionista alcança eventos que poderiam ter machucado alguém e não o fizeram. Esses eventos, chamados de incidentes ou quase-acidentes, revelam falhas no sistema de proteção exatamente no momento em que ainda é possível corrigi-las sem sofrimento humano.

A relação entre os dois níveis de gravidade costuma ser representada por uma pirâmide: para cada acidente grave ocorrem dezenas de acidentes leves e centenas de ocorrências sem lesão, na proporção classicamente descrita como 1 : 29 : 300. Os números variam conforme a atividade e o critério de registro, mas a lógica permanece válida, pois a base da pirâmide mostra onde estão os sinais precoces que antecedem as lesões graves.

Modalidades reconhecidas pela legislação

Acidente típico, de trajeto e doença ocupacional

O acidente típico é o evento súbito, vinculado diretamente à execução da tarefa, como a queda de uma escada durante a manutenção de uma luminária. O acidente de trajeto ocorre no percurso entre a residência e o local de trabalho, ou o inverso, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo do próprio segurado. A doença ocupacional compreende duas figuras distintas: a doença profissional, produzida ou desencadeada pelo exercício de trabalho peculiar a determinada atividade, como a silicose em trabalhadores expostos à sílica, e a doença do trabalho, adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relaciona diretamente.

Não são consideradas doenças do trabalho a doença degenerativa, a inerente a grupo etário, a que não produza incapacidade laborativa e a endêmica adquirida por habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que resulte de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Maxi educa



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!